

A morte de um padre e as diferentes narrativas desta tragédia: os imigrantes italianos do sul do Brasil

Maíra Ines Vendrame*

1. As versões da tragédia

Em janeiro de 1900, em um dos jornais de maior circulação da cidade de Santa Maria, no centro do estado do Rio Grande do Sul, publicou-se notícia relatando um “fatal acontecimento” ocorrido em região colonizada por imigrantes italianos. A comunidade de Silveira Martins dava adeus ao seu pároco Antônio Sório, após acompanhar sua agonia em decorrência de graves ferimentos sofridos. O jornal anunciava que o padre imigrante italiano, há anos residindo na denominada ex-Colônia Silveira Martins, falecera após ser “vítima de um desastre”. Destacava que o mesmo era muito estimado pela população do lugar, contando com “inúmeras amizades e com grande prestígio”, sendo sua morte lamentada pelos conterrâneos imigrantes. A prova dessa consternação foi confirmada através da “extraordinária concorrência de pessoas que acompanharam o féretro”, comparecendo para prestigiá-lo duas bandas musicais, os amigos e colegas dos diversos locais do núcleo colonial.

As informações apresentadas pelo jornal sobre os motivos da morte davam conta de ter ocorrido um “desastre” em uma das estradas da referida ex-Colônia – Linha Duas – “quando a cavalo ia à serviço de sua profissão”. Encontrado por um agricultor, o padre estava “prostrado no solo”, tendo assim permanecido por mais de dez horas até ser socorrido. Devido à gravidade das lesões, improvisaram uma cama de panos e o transportaram até a casa paroquial, onde permaneceu vivo por três dias suportando “dores cruelíssimas”. Nesse intervalo de tempo, foi assistido pelo médico Dr. Victor Teltz, que julgou o “caso perdido”. A morte era inevitável. Os redatores concluíram afirmando que lamentavam o “fatal acontecimento”, enviando, então, à população de Silveira Martins, condolências pela “perda de um dos seus grandes e ilustres protetores”.¹ Assim, o jornal *O Combatente*, com a reportagem intitulada “Padre Sório”,

* Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPq.

¹ Jornal *O Combatente*, 11 de janeiro de 1900. Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso - ACMEC, Santa Maria. Em edição de 7 de janeiro de 1900, o jornal já havia anunciado que em “conseqüência de uma queda do cavalo em que montava” o padre Antônio Sório havia falecido.

prestava uma homenagem àquela região colonial ao destacar o papel de liderança assumido pelo pároco de Silveira Martins.

No registro de óbito encontrado no Cartório Cível de Silveira Martins, a data oficial da morte do padre é 3 de janeiro de 1900, às 02h30min da madrugada, em decorrência de ferimentos ocasionados por “queda do cavalo”.² Não consta a informação do tipo de ferimentos que o levaram à morte, portanto, pouco acrescenta em relação à publicação do periódico que também não apresentou a natureza das lesões. Porém, prestando atenção às duas edições d’*O Combatente*, onde anunciaram o falecimento do padre, percebe-se uma pequena alteração: na edição do dia 7 de janeiro, a morte teria sido causada por “queda do cavalo”; na segunda, do dia 11, há referência a um “desastre” que teria vitimado Sório quando se dirigia a cavalo para realizar atividades de sacerdote pelo interior da jurisdição da paróquia. O jornal não repete, portanto, a versão de ferimentos por “queda de cavalo”.

Assim, de forma abrupta, estava encerrada a trajetória do sacerdote italiano Antônio Sório na ex-Colônia fundada em 1877, perto da cidade de Santa Maria, no centro do Rio Grande do Sul.³ Na data de sua morte, em 3 de janeiro de 1900, o padre contava com 56 anos de idade. Era natural da *comuna de Zevio*, província de Verona, região do Vêneto, nordeste da península itálica. Havia migrado para o sul do Brasil há 19 anos estabelecendo-se na Colônia Silveira Martins, no recém criado povoado de Vale Vêneto.⁴

Antes que o “fatal desastre” se consumasse em morte, o agonizante padre anunciou seus últimos desejos, convidando alguns indivíduos da região para testemunharem a elaboração de seu testamento. Assistido por parentes, amigos e autoridades, sofrendo com as fortes dores e sem esperança de melhora, Antônio Sório faria a partilha de seus bens, indicando um indivíduo para redigir o testamento.⁵ Deste

² Livro de registros de óbitos do Cartório Cível de Silveira Martins. Silveira Martins, RS.

³ Em 1877 foi criado o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, no centro geográfico do Rio Grande do Sul. Com a chegada dos imigrantes italianos, o lugar passou a ser denominado Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana. Logo a seguir, no ano de 1878, teve seu nome alterado para Colônia Silveira Martins. Os três primeiros núcleos estavam localizados no nordeste sul-riograndense, na hoje conhecida serra gaúcha.

⁴ O Vale Vêneto surgiu em 1878 a partir da instalação de diversas famílias de imigrantes italianos oriundos da região do Vêneto. O local fazia parte do espaço que compreendia a Colônia Silveira Martins.

⁵ Processo de validação do testamento. Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº 116,

modo, tanto a notícia do jornal como o testamento, documentos produzidos naquele momento, confirmam que os motivos que levaram Antônio Sório à morte foi a gravidade dos ferimentos em decorrência de “queda do cavalo”. Várias testemunhas afixaram tal versão, inclusive um padre e autoridades distritais, como um juiz e o escrivão do cartório, além de comerciantes da região colonial, bem como seus sobrinhos lá presentes nos momentos que antecederam o falecimento.

No entanto, anos depois, o imigrante italiano Andrea Pozzobon apresentou novas informações sobre a tragédia que vitimara Sório, seu contemporâneo e com quem mantinha relações bastante próximas. Segundo Pozzobon, no dia 29 de dezembro de 1899, “devido a uma queda de cavalo ou, como dizem outros, a um verdadeiro assassinato, rendeu sua vida o Rev. Dom Antônio Sório”, vigário da ex-Colônia Silveira Martins”. Não desconsiderando o fato de o padre ter sofrido um acidente e morrido em decorrência disso, destacou haver comentários asseverando ter sido ele “vítima de uma armadilha”. Na seqüência, afirmou ter o padre Sório falecido após “golpe sofrido”, suportando “intensas dores” com “heróica resignação”. Apesar das suspeitas de crime serem compartilhadas entre boa parte da população da ex-Colônia Silveira Martins, segundo Andrea, o “caso nunca foi devidamente esclarecido” (POZZOBON, 1997, p. 178).

Quanto ao episódio da morte do padre Sório, outra fonte apresenta pistas sobre os ferimentos que sofreu, indicando, inclusive, um caminho a ser explorado. O sacerdote Frederico Schwinn, pároco da sede ex-Colônia Silveira Martins entre 1906 e 1918, narrou em seus manuscritos as realizações de Sório enquanto vigário da paróquia.⁶ Ao fazer isso não deixou de comentar as circunstâncias da morte do padre ocorrida no ano de 1900. Segundo Schwinn (caderno a, p. 14), no dia 29 de dezembro de 1899, numa das principais estradas da região, Antônio Sório foi encontrado “caído do cavalo [e] gravemente *pisado no baixo ventre*” (grifos meus). Após ser socorrido, recebeu atendimento médico, porém, devido à gravidade dos ferimentos, veio a falecer

maço 3, ano 1900. APERS, Porto Alegre.

⁶ Após a morte do vigário Antônio Sório, quem assumiu sua função na paróquia foi Matheus, ou Mathias Schoenauer, padre pertencente a Pia Sociedade das Missões. Esse sacerdote é o mesmo que aparece como uma das testemunhas que assinam o testamento do padre Sório. Porém, devido a conflitos, o padre teve de fugir do lugar em 1906. Em substituição, o cargo foi assumido pelo colega o padre Frederico Schwinn. Quanto ao conflito entre aquele sacerdote e alguns indivíduos da sede da ex-Colônia Silveira Martins ver: VENDRAME, 2007, p. 155-157.

no dia 2 de janeiro, deixando fortes indicações de ter sido “vítima de um crime”. Presente na ex-Colônia desde 1906, o padre Frederico Schwinn escreveu o que ouviu de seus paroquianos e, certamente, também o que lhe contara o seu colega de batina Mathias Schoenauer, uma das testemunhas que assistiu Sório em seus últimos momentos de vida. O padre Mathias estava apto a fornecer esclarecimentos sobre as características dos ferimentos da vítima, e deve, de fato, ter sido claro ao relatar o caso a Frederico Schwinn. Este, ao escrever sobre o assunto, apontou o tipo de lesão sofrido pelo padre, mas, por outro lado, declarou que as evidências indicavam ter ocorrido um crime.

Portanto, levando-se em consideração as informações apresentadas pelos contemporâneos do padre, há indícios da existência de uma agressão planejada contra Sório. As explicações oferecidas por Schwinn, em seus manuscritos, são em partes oriundas da própria população local, pois apresentaram os comentários que circulavam tanto entre os imigrantes quanto entre os sacerdotes que trabalhavam na região colonial. Logo, se está diante de uma versão que deve ser creditada aos imigrantes e seus descendentes, moradores da ex-Colônia Silveira Martins. Nada há na documentação oficial que indique a existência de um crime. Para fundamentar a versão, a população deve ter feito uma avaliação sobre o comportamento pretérito do padre, identificando naquela “tragédia” a existência não de uma fatalidade, antes de uma *vendetta*.

Apontando para novos elementos de uma história ainda por ser explicada, a memória do crime não se apagou entre os descendentes de imigrantes italianos da região colonial. Além disso, a existência de versões diferentes do evento não solucionado, de relatos não validados ou incompletos forneceu estímulos para que a memória sobre o fim “trágico” do padre Sório fosse mantida. Deste modo, na década de 1990, o historiador Luiz Eugênio Vésio (2001, 25) tomou as interpretações sobre a morte do sacerdote como ponto de partida para uma reflexão mais ampla do embate entre a Maçonaria e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Para tanto, realizou entrevistas entre os descendentes que residiam no município de Silveira Martins, apresentando as versões ainda sustentadas pela população. Através dos depoimentos, o autor constatou que na memória coletiva local subsistia a idéia de que o padre Sório havia sido “castrado e morto, vítima de uma terrível conspiração maçônica”.

No entanto, nos depoimentos, ressurgiu a versão de crime por castração, o que não chega a ser uma novidade, dadas às informações passadas pelo sacerdote Frederico Schwinn em seus manuscritos datados do início da década de 1920. Acreditando-se em crime de castração, o delito, então, foi planejado por questões de honra e não por motivações políticas. Segundo Vécio, estas linhas de pesquisa não se excluía, antes tornavam a tarefa do historiador mais complexa e árdua. Porém, Vécio optou por centrar sua investigação na versão que destacava a existência de um conflito entre maçons e católicos.

Através da análise dos depoimentos presentes na obra de Vécio, acredito ser possível começar a entender a tragédia do padre Sório em seu contexto cultural, analisando a versão de um crime de castração como uma possibilidade vivida pelos próprios imigrantes na região colonial. Na memória transmitida no espaço familiar e comunitário subsiste a idéia de uma emboscada e agressão física por questões honra, onde alguns indivíduos aplicaram uma punição como resposta a ofensas morais. Portanto, pretendo explorar os motivos de ter sido esta a versão surgida entre os contemporâneos do padre, percebendo que elementos culturais serviram de base para a elaboração da hipótese. Não tenho a pretensão de investigar o “crime em si”, mas, sim, a interpretação de uma “emboscada”, de ofensas morais e de punições entre a população colonial. Dessa maneira, busco compreender o significado dado a tragédia que vitimou o padre Sório dentro de um campo de possibilidades compartilhado pelo grupo.

2. Os acusados

Em 1º de janeiro de 1949, lembrando a data da morte de Antônio Sório, o sacerdote palotino Pedro Luiz apresentou uma crônica intitulada a “Morte trágica de Dom Antônio Sório”.⁷ Uma das novidades dessa narrativa é que, passados quarenta e nove anos daquele acontecimento, os nomes dos supostos responsáveis pela morte foram anunciados pela primeira vez. Segundo o cronista Pedro Luiz, na época do padre Sório, a Maçonaria havia fundado uma loja em Silveira Martins. Frente a isso, o pároco passou a alertar a população para que se afastasse daquela embrionária associação, uma

⁷ Revista *Rainha dos Apóstolos* é um periódico da congregação dos padres palotinos que começou a circular em Santa Maria e região colonial a partir do ano de 1923, e perdura até os dias de hoje.

vez que era “inimiga da religião de Cristo”. Dessa forma, iniciaram-se acusações como “uma luta surda de idéias” que acontecia “entre o púlpito da igreja e os dirigentes maçônicos de má fé”. Seguiu narrando que poucos eram os “espíritos maçônicos italianos” que se encontravam na ex-Colônia, entretanto, esses imigrantes haviam trazido de sua pátria de origem um plano de eliminar “todo o elemento a eles nocivo”. Assim, o padre Pedro Luiz tentava transmitir a idéia de que havia uma maçonaria que reproduzia no sul do Brasil a índole violenta tal como era na Itália.

Na avaliação do cronista, os conflitos trazidos do além-mar ressurgiram na ex-Colônia, e os maçons foram apontados como os responsáveis por tramar a “morte trágica de Dom Antônio Sório”. As atitudes do padre provocaram a “ira satânica da maçonaria colonial”, principalmente por seu procedimento de tentar afastar da loja maçônica seu sobrinho Alexandre Sório. Vale ressaltar que Alexandre Sório era padrinho de batismo do padre Pedro Luiz, autor da narrativa, portanto, existiam laços de reciprocidade e amizade entre ambos. Talvez, por esse motivo, o padre Pedro Luiz sentiu-se na obrigação de “redimir” a memória de Antônio Sório afastando dele todo tipo de acusação que vinha manchando a sua reputação. Desse modo, aborrecidos com as atitudes de Antônio Sório, os membros da maçonaria elaboraram um plano para fazer desaparecer o líder religioso da comunidade de Silveira Martins de “ação decisiva e palavra fulminante”.

Na sequência, o narrador descreveu como teria ocorrido a emboscada que deixou o padre Sório em situação “lastimável” por causa das contusões recebidas. No dia 29 de dezembro de 1899, Antônio Sório, que retornava solitário de uma visita realizada a uma “velhinha que residia nas imediações da Linha Duas” – notem-se os tons dramáticos acrescidos pelo padre Pedro Luiz –, foi atacado numa estrada de “subida mansa e pedregosa” por três ou quatro indivíduos. Narrando a imaginada cena do assalto, afirmou: “frearam o cavalo pela rédea”, derrubaram Sório da “cavalgada” e o encheram de “pontapés, pisaduras brutais, relho e outros maus tratos”. Felizmente, logo foi socorrido por um trabalhador da redondeza que, ao ouvir alguns gemidos, deslocou-se até a estrada. Quando ali chegou, deparou-se, primeiramente, com o “belo pingo marchador” do vigário Sório, próximo ao ferido em “estado lastimável”.

Houve, por parte dos moradores do local, uma mobilização para prestarem auxílio à vítima, sendo que José Alberti e Luiz Bianchi procuraram transportar o ferido

numa carroça atrelada por burros. Essa opção teve que ser desconsiderada, segundo o padre Pedro Luiz, uma vez que Sório, não suportando as intensas dores, foi conduzido em uma “cama de vento” até a sede Silveira Martins.⁸ O transporte exigiu a colaboração de diversos imigrantes italianos que, prestativos e solidários, auxiliaram a carregar o pároco por alguns quilômetros pela estrada “pedregosa” e íngreme. Ao fazerem isso, amenizavam as possíveis dores ocasionadas por um transporte que expunha o ferido a constantes trepidações. Somente Alberti e Bianchi – este sobrinho do padre – foram identificados como os indivíduos que socorreram o padre Sório, apesar de a notícia ter atraído muitos outros imigrantes para o local da tragédia.

Segundo o cronista, a vítima não divulgou seus algozes, entretanto, a “voz divina do povo indicou sempre, sem discrepância nenhuma”, os maçons como autores crime, sendo eles “Celeste Soliani, Felipe Durgante (capataz de turma) e Rodolfo Faccin.”⁹ A memória da tragédia mantida pelo boato e rumor do povo, em conversas familiares, possibilitou que a identidade dos agressores fosse divulgada na revista Rainha dos Apóstolos por um descendente de imigrante italiano da ex-Colônia Silveira Martins: o padre palotino Pedro Luiz, afilhado de um sobrinho da vítima como afirmou-se acima. Assim, confirmando ter sido um crime, a armadilha contra o padre Sório e as motivações dos agressores receberam outras significações. Algumas informações mantidas pela tradição oral foram redimensionadas a partir das novas interpretações dadas pelos sacerdotes palotinos.¹⁰

A referida revista católica, com grande circulação na região da ex-Colônia Silveira Martins, certamente não causou surpresas ao publicar tais informações. Também não provocou constrangimentos ao apontar os “autores do crime”, pois muito tempo havia se passado e os acusados, conhecidos entre muitos descendentes de imigrantes, já tinham falecido. Portanto, essa foi a primeira vez que um documento citava publicamente nomes dos possíveis criminosos. Como se pode perceber, os agressores não haviam sido apontados em nenhuma outra fonte até aqui analisada. Seja

⁸ Revista Rainha dos Apóstolos, Santa Maria, 1º de janeiro de 1949, nº 27, p. 165. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora - AHPNSC, Santa Maria.

⁹ Idem.

¹⁰ Os padres pertencem à congregação dos padres palotinos e se estabeleceram entre os imigrantes italianos da ex-Colônia Silveira Martins em 1886, alcançando, após a morte de Antonio Sório, hegemonia na região.

como for, passado tanto tempo da morte do padre Sório, fica a pergunta do por que ainda era necessário fornecer explicações sobre aquela tragédia. Durante muito tempo, todos silenciaram quanto à identidade dos agressores, e, após cinquenta anos, foram apontados os nomes dos três maçons acusados de terem planejado a emboscada contra o padre Sório.

O autor da crônica que nomeou os assassinos de Antônio Sório era afilhado de Alexandre Sório, sobrinho do vigário morto em 1900. Isso deve ser levado em conta ao se analisar o conteúdo e o sentido da sua narrativa. O sentimento de ligação com a família Sório, provavelmente, foi um dos fatores que o motivou a prestar homenagem ao sacerdote que, na sua “missão de alertar o povo” sobre a atuação da Maçonaria, perdeu a vida, caindo numa armadilha organizada por maçons. É provável que, quando jovem, o cronista tenha ouvido relatos dos pais, vizinhos e até de seu padrinho sobre a trajetória do padre Sório, tomando conhecimento, neste círculo de relações, sobre a própria identidade dos imigrantes que o agrediram. Graças aos relatos individuais, trocados entre os que faziam parte das redes de relações familiares, foi possível que uma “memória da comunidade” sobre Antônio Sório se mantivesse. Muitas informações e lembranças sobre o episódio da morte eram para serem transmitidas somente internamente ao povoado e entre os participantes das mesmas configurações sociais.

Em sua crônica, o padre Pedro Luiz não faz referência aos ferimentos do padre Sório que caracterizasse algum tipo específico de punição, como castramento. Nesse sentido, vários dados presentes na “memória da comunidade” não foram referidos, uma vez que o autor da narrativa, sacerdote palotino, queria explicar os motivos de os maçons terem agredido o pároco de Silveira Martins, situando o caso em um conflito mais amplo e de longa data entre Igreja Católica e Maçonaria. Luiz Eugênio Vécio (2001, p. 206, 242, 285) analisou várias edições da revista católica *Rainha dos Apóstolos* e o periódico maçônico *O Delta*, entre as décadas de 20 e 40 do século XX, para compreender o universo do discurso em que foram produzidas as versões da morte do padre Sório. Defendeu que as interpretações serviram de “elemento auxiliar no fortalecimento do Catolicismo renovado” na região da ex-Colônia Silveira Martins. Nos referidos periódicos, o autor analisou as acusações “radicais” que as duas instituições se faziam, pois lutavam para conquistar espaço e preservar “hegemonia sobre seu público-alvo”. Para o mesmo autor, o crime contra o sacerdote ocorreu num “contexto histórico

em que forças sociais” buscavam objetivos diferentes: a Igreja Católica, representada pelos padres palotinos, trabalhava para implantar um modelo religioso que lhe desse “maior centralização e poder”; a Maçonaria, por outro lado, se opunha por considerar a ideologia da Igreja “ultrapassada, enganadora e retrógada”.

Entretanto, acredita-se que os significados desses embates precisam ser compreendidos a partir da própria percepção dos indivíduos que viveram na região colonial no período do padre Sório. Para tanto, se faz necessário uma investigação minuciosa nas diversas fontes documentais para conseguir analisar um contexto onde a existência de conflitos levou à morte uma das lideranças locais. Acreditando ser a “maçonaria forte naquele tempo”, os depoentes citados por Vécio manifestaram que o povo de Silveira Martins estava revoltado com a estátua de Giuseppe Garibaldi erguida na praça em 1910, porém, estas afirmações devem ser contextualizadas, pois explicações ideológicas e políticas não possibilitam compreender a lógica da versão do castramento.

No final do século XIX, havia, de fato, uma loja maçônica em Silveira Martins, de nome União e Trabalho, porém, segundo Luiz Eugênio Vécio (2001, p. 69), essa teve uma “existência fugaz” e precária, mantendo-se em funcionamento de novembro de 1898, data de sua instalação, até dezembro de 1902 quando suas atividades foram interrompidas. Estes dados históricos contradizem a versão dos depoentes quanto à força e estruturação da maçonaria em Silveira Martins quando da morte do padre Sório. Não há fundamentação histórica suficiente para sustentar a idéia de maçons coesos e fortes contra os membros da Igreja, pelo menos naquela região de imigrantes italianos.

Na memória do povoado, segundo depoimentos recolhidos por Vécio (2001), a autoria do crime foi atribuída a alguns maçons sedentos de aplicar um castigo àquele que tinha provocado ofensas à honra de uma determinada família. Por outro lado, o padre Pedro Luiz também atribuiu aos maçons a culpabilidade pelas violências contra o padre Sório, porém, não comenta sobre castramento motivado por desonra familiar. Ao finalizar sua narrativa, o padre Pedro Luiz apontou o destino dos “criminosos”, sinalizando para a existência de uma justiça divina, pois assim “disse nosso Senhor: Não toquei nos meus Cristos”. Os “três pistoleiros civilizados” foram então punidos pela “mão de Deus” ao terem um fim trágico, afirmando que isso o povo de Silveira Martins esperou para ver: Celeste Soliani foi morto “às margens do Rio Uruguai”;

Rodolfo Faccin “teve os intestinos desprendidos e caídos, morrendo entre uivos e dor”; e, por último, Felipe Durgante “faleceu na miséria mais tenebrosa”.¹¹

Assim, a partir da interpretação do sacerdote Pedro Luiz, os maçons foram oficialmente reconhecidos como os responsáveis por arquitetar um crime contra o padre Sório. Para a população colonial existia uma conexão entre os culpados e alguns indivíduos que faziam parte de maçonaria, e isto era uma realidade vivenciada localmente. Porém, havia outros fatores que foram silenciados pela versão construída pelos padres palotinos. Segundo Luiz Eugênio Vécio (2001, p. 251, 281), foi para recuperar autoridade e credibilidade do clero na região colonial que os padres palotinos passaram a atribuir a responsabilidade pela morte de Sório à instituição maçônica. Ao fazerem isso, “deixavam cair um véu de esquecimento sobre a conduta moral e sexual” do padre. Para o autor, uma luta entre o bem e o mal – Igreja Católica e Maçonaria – “reformulou e consolidou” uma explicação para a morte numa narrativa de complô maçônico, promovendo de tal modo a redenção do padre Antônio Sório.

Com o passar do tempo, os padres exerceram um controle social sobre a “memória coletiva” legando novas representações aos acontecimentos passados.¹² Assim foi se consolidando uma versão da história da morte do padre, transformado em herói local, quase um mito. O mito, por sua vez, não é necessariamente uma história inventada ou falsa, mas, sim, uma história “significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento” que é transformado na “formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura”, sendo, nesse sentido, uma das funções míticas da história reconciliar os aspectos opostos das interpretações, conforme afirma Alessandro Portelli (2006, p. 121). Aqui, cabe a idéia de uma comunidade católica administrada pelos sacerdotes palotinos e o fato que sobre ela recaía a trágica morte do padre Sório.

Para tanto, ao assumir o discurso de um complô maçônico, o descendente de imigrante Pedro Luiz ofereceu uma nova direção à interpretação daquele trágico evento. Apresentou novos elementos para que a população de Silveira Martins formalizasse sua

¹¹ Revista Rainha dos Apóstolos, Santa Maria, 1º de janeiro de 1949, nº 27, p. 166. AHPNSC, Santa Maria.

¹² Segundo Alessandro Portelli (2006, p. 127), a memória somente se torna coletiva quando é “abstraída e separada do individual”: no mito, no folclore, nas instituições como Igreja, partido e Estado que organizam memórias extraídas de um único grupo, materializando-se através de um controle social.

relação com os acontecimentos dramáticos da própria história, podendo, assim, ostentar a sua identidade enquanto comunidade religiosa e católica. Apesar das indicações de ter ocorrido crime motivado por divergências políticas não foi a explicação de morte provocada por “queda do cavalo” que permaneceu na lembrança da população colonial, mas interpretações que apontavam para a existência de uma emboscada e de ter o padre Sório recebido ferimentos no “baixo-ventre”. As explicações para a morte do padre Sório encontraram sua fundamentação num cenário de possibilidades reais, imagináveis e aceitáveis.

Assim, abre-se um campo de pesquisa para analisar, através de outras fontes documentais, os conflitos internos, as punições, os laços que ligavam as famílias, as relações interpessoais e, principalmente, o papel das redes e vínculos que definiam os comportamentos numa determinada comunidade. Uma proposta que leva em conta a dimensão local para entender a realidade interna – e a relação externa – onde alguns episódios acontecem, procurando-se, assim, compreender o desempenho “real dos mecanismos”, os significados de poder e a capacidade de atuação dos indivíduos. É nesse campo que se pretende analisar os desempenhos individuais e familiares, as estratégias e escolhas de defesa e sobrevivência num contexto regido por regras e normas (LEVI, 2003, p. 281-285). Além disso, busca-se investigar as respostas da população frente ao controle exercido pelas instituições locais, mapeando a variedade de recursos, desigualdade de acesso, as hierarquias, os ajustamentos e a própria funcionalidade das redes interpessoais frente a fatos internos e também externos à comunidade que ameaçavam a manutenção de certa estabilidade nas relações cotidianas.

3. Um horizonte de possibilidades

Os imigrantes italianos da ex-Colônia Silveira Martins, local onde o referido padre prestava atendimento religioso, dotados de práticas culturais de uma Europa rural forjada há séculos, devem ter tido suas razões para acreditar na morte por vingança de uma família em desonra, pois tal constatação estava ligada a valores que possuíam sua racionalidade própria de um mundo tradicional ainda vivido. Partindo de seus códigos valorativos, aliado ao entendimento que tinham sobre o comportamento pregresso do sacerdote agredido, deram uma explicação diferente da versão oficial: padre Antônio

Sório fora vítima de castramento por causa de seu procedimento inadequado com uma “mocinha donzela” do lugar.

As narrativas orais e escritas sobre a morte do padre Sório permitem analisar a maneira como os imigrantes lidaram com fatos cotidianos e inesperados. Se, por um lado, a memória do povoado “revela omitindo”, por outro, ela também permite entender os indivíduos como “sujeitos de suas idéias e de suas lembranças”. As versões e os fatos ficam sem sentido se separados do cenário local no qual se desenrolam. É necessário que “tempo e espaço” sejam considerados quando se procurar entender comportamentos, normas e valores locais (MARTINS, 1992, p. 19).

Entre os imigrantes da região colonial ganhou fórum de verdade a interpretação de que a morte era decorrente de um espancamento seguido de castração, forma de punição por ofensa à honra de uma moça. A violência praticada contra determinadas partes do corpo, como ferimentos no “baixo-ventre”, tinham um significado simbólico e caracterizava uma agressão planejada para reparar a honra perdida. Nesse sentido, o castramento está ligado a um tipo específico de ofensa: a desonra sexual e a impossibilidade de reparação. Para compreender a versão do castramento construída a respeito da morte do padre Sório é necessário investigar essa agressão como um tipo de punição que tinha uma lógica explicativa no universo cultural dos imigrantes italianos.

Através da versão do castramento, é possível levantar questionamentos sobre o funcionamento das comunidades, os valores, os tipos de punição, a atuação das famílias camponesas italianas que se estabeleceram nas regiões coloniais do sul do Brasil. É importante perceber as redes sociais de agregação formadas entre os imigrantes, suas relações de reciprocidade, confiança e aliança como recursos para garantir segurança e a sobrevivência do grupo. As ações dos indivíduos precisam ser analisadas dentro de uma trama de interdependências, identificando os padrões culturais e sociais que governavam essa trama. Por outro lado, a própria tradição oral, em determinados casos, pode ser usada como um mecanismo fundamental para solucionar conflitos, contradições, garantir estabilidade e evitar questionamentos das regras que regem a vida cotidiana. As narrativas orais são usadas para “dar sentido a uma ordem social” e também podem ter como objetivo solucionar “simbolicamente” alguns assuntos que necessariamente não foram resolvidos no campo da “atividade humana” (CRUIKSHANK, 2006, p. 152-153).

É no espaço familiar que diferentes narrativas sobre as causas da morte do padre Sório e a identidade dos seus agressores se refugia, materializando também ali em memória compartilhada na comunidade. O que permanece na “memória do povoado” sobre a tragédia do padre Sório é a versão do castramento, dos ferimentos no baixo-ventre, da desonra de uma moça e da vingança. Mesmo estando em constante movimentação, agregando novos elementos e reinterpretações, aquelas explicações não perderam sua força. Portanto, conforme os caminhos apontados por Alessandro Portelli (1996, p. 65-70), as memórias oferecem um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginadas e não um esquema de experiências comuns. Nesse sentido, ganha destaque o conceito de “possibilidades”. A representatividade textual das fontes orais e memórias se medem pela capacidade de abrirem e delinearem um espaço de possibilidades expressivas. Para o autor, é o complexo horizonte das possibilidades que estabelece a esfera de “uma subjetividade socialmente compartilhada”.

Tanto os relatos orais dos descendentes quanto as narrativas e crônicas dos imigrantes e padres forneceram substrato inicial para delinear um contexto de possibilidades de atuação das famílias, lógicas, valores, estratégias individuais e comunitárias em Silveira Martins. As explicações para a morte do padre Sório encontram sua fundamentação num cenário de possibilidades reais, imagináveis e aceitáveis. Abre-se um campo de pesquisa que irá analisar através de outras fontes documentais os conflitos internos, as punições, os laços que ligavam as famílias, as relações interpessoais e, principalmente, o papel das redes sociais comunitárias. Uma proposta que leva em conta a dimensão local para entender a realidade interna - e relação externa - onde alguns episódios rompem, procurando compreender o desempenho “real dos mecanismos”, os significados de poder e a capacidade de atuação dos indivíduos. A dimensão local não é o reflexo daquilo que no nível macro é relevante, pois as possibilidades de ação e o “significado do exercício de poder” devem analisados no âmbito da aldeia.

Portanto, foi graças aos relatos individuais trocados entre aquele que faziam parte das redes de relações familiares que uma “memória da comunidade” sobre o Antônio Sório se manteve. Muitas informações e lembranças sobre o episódio da morte eram para ser transmitidas somente internamente no povoado. O silêncio e a ausência de investigação quando da ocorrência do fato não quer dizer que não tenha sido

significativo para se entender a própria comunidade que optou por tal forma de comportamento. O segredo foi um mecanismo acionado pelos indivíduos para passar uma idéia de unidade e aceitação dos eventos locais. Essa aparente tranquilidade, onde nada parecia estar acontecendo, pode significar escolhas conscientes dos indivíduos para garantir estabilidade local além de exemplificar uma forma própria e autônoma de organização. As narrativas orais e escritas sobre a morte do padre Sório permitem analisar a maneira como os imigrantes lidaram com fatos cotidianos e inesperados.

Referências Bibliográficas

CRUIKSHANK, Julie. “Tradição oral e história oral: revendo algumas questões”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos & abusos da história oral*. 8º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LEVI, Giovanni. “Problemas de Escala”. In: *Relaciones 95*. Verano, 2003, v. XXIV, p. 279-288. [Http: //www.colmich.edu.mx/relaciones/](http://www.colmich.edu.mx/relaciones/)

MARTINS, José de Souza. “Por uma compreensão do esquecimento e do silêncio”. In: *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2º Ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, v. 1, n.2, p. 59-72, 1996.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos & abusos da história oral*. 8º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

SCHWINN, Frederico. Freguesia Silveira Martins. Caderno a, p. 14, Caixa 5, Missão Brasileira. Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria.

VENDRAME, Maíra Ines. *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

VÉSCIO, Luiz E. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1925)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora UFSM, 2001.